

4 CENÁRIO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

A partir da análise de publicações e resultados de eventos especializados, foram elaboradas as seguintes tendências mais prováveis para o Judiciário Trabalhista no país que impactarão o desempenho do TRT da 7ª Região:

1. Maior controle por parte da sociedade e transparência pública.
2. Crescimento da demanda perante a Justiça do Trabalho.
3. Estimulo à conciliação em todas as fases processuais.
4. Redução do número de recursos judiciais e da taxa de recorribilidade.
5. Parametrização administrativa do Poder Judiciário.
6. Integração nacionalizada do Poder Judiciário.
7. Prestação do serviço público de forma compartilhada (Ex: TRT/SRTE).
8. Compartilhamento de pessoal, dados, informações, recursos materiais e tecnológicos com outros Órgãos.
9. Aperfeiçoamento e ampliação de convênios.
10. Jurisprudência vinculante.
11. Aumento da vertente fiscalizadora/arrecadadora.
12. Intensificação do controle externo administrativo por parte de órgãos superiores.
13. Simplificação e aperfeiçoamento dos procedimentos judiciais e administrativos.
14. Inserção pedagógica do Poder Judiciário na sociedade.
15. Exigência por celeridade e resultados: elevação dos níveis de efetividade.
16. Aprimoramento de atendimento ao público.
17. Aperfeiçoamento das Ouvidorias.
18. Melhor comunicação com a sociedade.
19. Auto atendimento.
20. Processo eletrônico.
21. Descentralização e desconcentração dos serviços judiciais e administrativos.
22. Unidades itinerantes.
23. Incremento de postos avançados.
24. Maior investimento em tecnologia.
25. SUAP - Sistema Unificado de Administração Processual (PROCESSO VIRTUAL).
26. Sistema de comunicação por voz, via Internet.
27. Uso de softwares livres.
28. Certificação digital (100% dos servidores).
29. Otimização e aperfeiçoamento do quadro de pessoal em função do avanço tecnológico.

4 CENÁRIO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

30. Padronização e simplificação de rotinas, de capacitação, de espaços físicos e de recursos materiais e financeiros.
31. Aumento do número de Varas/Juízes/Desembargadores.
32. Aumento na proporção de servidores da área fim em relação aos servidores administrativos.
33. Gestão de pessoas por competências, com ênfase na capacitação continuada.
34. Educação à distância.
35. Instituição de multiplicadores na capacitação de servidores.
36. Abertura interpretativa ao magistrado na aplicação do Direito.
37. Servidor consciente do seu papel como agente do interesse público.
38. Agir visando a sustentabilidade e com responsabilidade social.
39. Gestão ambiental (reciclagem/economia).
40. Planejamento/Gestão Estratégica voltada para Resultados.
41. Utilização de elementos estatísticos para a tomada de decisões .
42. Investimento em qualidade de vida.